

## EDITORIAL DA PANDEMIA SOBRE DOMINÂNCIA FINANCEIRA

Joaci de S. Cunha \* Ângela Borges \*\*

O primeiro quadrimestre de 2021 passou, avançamos aceleradamente sobre o segundo e, finalmente, publicamos a edição de número 252 dos *Cadernos do Ceas*, cuja produção também é afetada por esses tempos difíceis, sombrios. Muito absurdos e tragédias vivemos nesse período pandêmico em continuidade. Mas, nada como perceber que dezenas, talvez centenas, de milhares de mortos por covid-19 teriam sido evitadas, caso tivéssemos uma liderança política coletiva responsável e comprometida com a vida e não com a necropolítica com tons de política estatal suicidária. Eis o que nos adverte o Centro de Estudos e Ação Social - Ceas, em seu documento, intitulado *Análise de conjuntura em atos: a crise brasileira em contexto viral*. Trata-se de uma abordagem geral da crise econômica, social e político-sanitária vivida pelos brasileiros como verdadeira tragédia, que, em junho, havia ceifado a vida de mais de meio milhão dos nossos.

Assim, marcado por essa realidade doída, essa edição dedica outros três textos à crise sanitária. O primeiro deles, do professor e pesquisador Luis Eugenio Portela Fernandes de Souza, esclarece que o capitalismo tem se apoiado em políticas neoliberais, responsáveis por fragilizar os sistemas de proteção social. Em seu *Notas preliminares sobre a pandemia e a situação dos sistemas de proteção social no contexto da dominância financeira*, argumenta que os sistemas de proteção social não têm sido capazes de evitar o aprofundamento da crise social e sanitária instalada pela covid-19, ainda que cumprindo um papel fundamental na mitigação dos seus efeitos. Para o autor, a crise múltipla em curso apresentaria elementos

<sup>\*\*</sup> Doutora em Ciências Sociais, Profa. Adjunta da Universidade Católica do Salvador, Programa de Pósgraduação em Políticas Sociais e Cidadania.



<sup>\*</sup> Advogado, doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), pós-doutor (2020) pelo Programa de Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, assessor do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) e coeditor da revista Cadernos do CEAS. É autor de diversos artigos e capítulos publicados, respectivamente, em revistas e livros. Pela Edufuba (2017) assina *O fazer político da Bahia na República* (1900-1930). Matriz das relações entre Estado, corporações e políticos.

estruturais ligados ao estágio atual do capitalismo, e, portanto, o maior obstáculo à sua superação residiria, em última instância, no próprio sistema de poder (antidemocrático) que sustenta o modo capitalista de produção. Vai além ao sugerir que o óbice ao controle da pandemia e à superação da crise social não está no tipo de vírus ou nas características clínicas e epidemiológicas da covid-19, mas sim nas opções de políticas públicas decorrentes do modo de produção capitalista sob dominância financeira e do sistema de poder que o sustenta.

Assim, a lógica da dominância financeira sobre a dinâmica econômica atual fortalece as correntes políticas antidemocráticas que, no comando de governos, ameaçam aniquilar os sistemas de proteção social. Esperançoso, Luis Eugênio assevera que, mesmo diante do risco da barbárie, "as forças democráticas e socialistas têm a oportunidade de acender uma luz de esperança neste turbulento início de século".

Seguindo no tema da saúde no contexto da pandemia, Joseane Duarte, Thadeu Santos, Laise Andrade e Isabela Pinto analisam o marco normativo-legal da política pública de saúde formulada pelo Ministério da Saúde para a contingência hospitalar frente à pandemia da covid-19 no Brasil. Em *Delineamentos da contingência hospitalar...*, as(os) autoras(os) revisaram, com profundidade, 552 documentos ministeriais, elaborados no período de fevereiro a dezembro de 2020, deles extraindo os trechos relativos às quatro dimensões de organização de sistemas de saúde propostas pela Organização Mundial de Saúde: Estrutura, Equipe, Suprimentos e Sistemas. Para avaliar a pertinência da estruturação levada a efeito pelo governo Bolsonaro, as medidas por este tomadas foram cotejadas com as diretrizes definidas pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde (CONASS) e as propostas da *Frente pela Vida* (FPV) relativas à reorganização da atenção hospitalar prevista no Plano Nacional de Enfrentamento da Pandemia da Covid-19.

Registraram a ênfase normativa na oferta de serviços e leitos hospitalares, na alocação de profissionais de saúde, estratégias de aquisição de equipamentos de ventilação mecânica, insumos e readequação financeira do sistema. No entanto, o problema da aquisição de oxigênio ganhou destaque no documento do CONASS, que marca a necessidade de revisão imediata do sistema de fornecimento deste e de outros insumos, prenunciando a tragédia da falta de oxigênio em Manaus e várias outras cidades brasileiras durante esta pandemia.

Conforme as (os) autoras(es), a triangulação entre atos normativos e documentos analisados identificou coerência no aspecto alocação de profissionais e ampliação de leitos de contingência, porém revela a fragilidade gestora quanto à fixação de pessoal, plano de educação permanente, reorientação do processo de trabalho, responsabilidade logística, com vazios assistenciais e desconsideração da necessidade de cuidado integral com os pacientes com covid-19, desde a fase pré até a fase pós-hospitalar.

Enfim, a crise das políticas públicas pode, aqui, ser identificada a partir de um caminho alternativo, a produção normativa-legal do caótico Ministério da Saúde, evidenciando o processo de fragilização dos sistemas de proteção social, que contribuem para a construção de sociedades mais injustas, sob a dominância dos grupos sociais conservadores a serviço dos donos do capital.

Nesta edição, Bianca Oliveira, Margareth Zanchetta e Beatriz Guitton de Oliveira, em A formação como líder social na produção de cuidados em saúde, completam esse primeiro bloco de artigos fincado no tema saúde e pandemia da covid-19.

A partir da experiência de Bianca Oliveira é reportada a prática de Enfermagem de rua na cidade de Toronto (Canadá) na promoção da saúde, nos cuidados diretos e na educação para o autocuidado com a população em situação de rua e usuária de drogas injetáveis, assim como o trabalho de prevenção de danos em tal contexto. Para as autoras, essas experiências se inserem numa pesquisa em processo e teve a finalidade de possibilitar a formulação de um modelo conceitual para guiar a fase de análise dos dados a serem colhidos na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro.

A partir da trajetória do trabalho de rua na cidade de Toronto (Canadá), estabelece-se a consciência da necessidade de liderança social sobre essa temática junto aos enfermeiros brasileiros, estudantes de graduação e pós graduação. E, por essa via, forma-se a percepção da Enfermagem, também, como uma profissão capaz de realizar uma advocacia política capaz de defender e assegurar os direitos das pessoas às quais prestam cuidados, em especial, às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Possibilidade esta estendida às decisões, reformulações de políticas públicas e ações governamentais.

O segundo bloco de artigos da edição é aberto com *Convivência, Afetividades e Educação para Paz como elementos de práticas educativas não escolares em contextos de violências*. Nele, Arthur Vianna Ferreira e Lucas Salgueiro Lopes, seus autores, investigaram de que maneira as práticas educativas não escolares podem atuar como uma ferramenta

potente nas regiões de vulnerabilidade social. Mas não em qualquer contexto. Os pesquisadores da UERJ discutem as relações da educação com as violências cotidianas vistas a partir do Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo-RJ. Para isso, contaram com os aportes teóricos da Pedagogia Social de Xesús Jares, da Psicologia, de Mahoney e Almeida, da Sociologia, com Johan Galtung e da Filosofia de Byung-Chul Han.

Por esses caminhos buscaram ampliar a compreensão de conceitos como os de violências e suas possíveis articulações nas práticas socioeducativas dos indivíduos e nas relações de ensino-aprendizagem existentes nas regiões periféricas.

Na sequência, o artigo *Direitos Humanos e inclusão no ensino superior: Um estudo de caso acerca das representações docentes e discentes com deficiência, sob o escopo da diversidade e alteridade*, assinado por Antonio Carlos da Silva e Matheus Martins de Oliveira, descreve e analisa as representações conceituais sobre direitos humanos e inclusão social. Os autores tomam como comunidade alvo docentes e discentes da Universidade Católica do Salvador, no biênio 2018/2019, abordando quatro eixos: direitos humanos, inclusão social, diversidade e alteridade. Todo o conteúdo é abordado a partir da experiência acadêmica e social produzida no curso superior em termos de ensino, pesquisa, extensão. Além do uso de fontes bibliográficas e legislativas, o artigo traz dados coletados junto à comunidade acadêmica, apresentados como cartografia social, para descrever e analisar as representações relativas à investigação.

Depois dos temas educação, violência e direitos humanos, em continuidade, a edição 253 discutirá racismo estrutural e impactos da mineração.

Nessa ordem, o papel das políticas de *compliance* na luta antirracista e a necessária mudança cultural são temas e, também, subtítulo do artigo *Racismo Estrutural e seus Reflexos nas Corporações*, assinado por Fernanda Ravazzano L. Baqueiro e Silvia Monique S. Cezar. As autoras analisam a contribuição das políticas de *compliance* para a mudança cultural no abandono das heranças seculares racistas que permeiam a sociedade brasileira no âmbito corporativo. Inicialmente, discutem historicamente o racismo estrutural, evidenciando o seu enraizamento nas relações sociais até os dias atuais. Em sequência, apresentam o surgimento das políticas de *compliance*, compreendendo-as como programas de conformidade que extrapolam as questões econômicas, abraçando todas as relações da pessoa jurídica, sobretudo, aquelas impactadas por suas ações (*stakeholders*). Assim, o artigo

questiona em que medida o *compliance* pode ser uma ferramenta importante na luta antirracista e na promoção da justiça social.

Em Modelo socioambiental global e mineração no Brasil: A relação entre Estado e mercado em discurso, Paulo Everton M. Simões e Sóstenes Ericson examinam os efeitos da relação entre o Estado brasileiro e o mercado da mineração, tendo em vista o desenvolvimento sustentável como modelo socioambiental vigente no capitalismo. Situam o relatório Brundtland como marco do modelo socioambiental para o capital, objetivando, para este, remover a contradição entre crescimento econômico e preservação da Natureza. Os autores buscam, na análise do discurso pecheuxtiana, que tem o materialismo histórico como base, o aporte teórico e metodológico necessário para a abordagem crítica do tema.

Consideram eles, que, no modelo socioambiental vigente, as grandes corporações, a exemplo da Vale do Rio Doce, que utilizam como objeto da reflexão, realizam uma apropriação privada dos bens naturais coletivos, como forma de aumentar a sua produtividade, logrando transformar bens não mercantis em mercadoria, ao tempo em que transferem os danos socioambientais produzidos pelas empresas à sociedade. Para tanto, consideram essencial a parceria dessas corporações com o Estado, um esteio do modelo socioambiental vigente.

Por fim, fechando a edição, a já mencionada Análise de Conjuntura em atos, assinada pelo CEAS, alinhavada em quatro aspectos centrais do contexto nacional. Em cada um desses aspectos ou "atos" da crise, busca-se perceber as interconexões presentes nas dinâmicas internas e externas ao país, assim como os elos existentes entre os acontecimentos conjunturais e seu processo de produção histórico-estrutural. Do primeiro ato, sobre o significado socioeconômico da crise atual e suas consequências políticas, ao último, que prospecta os cenários e possíveis desdobramentos da crise brasileira, são analisados os processos de desemprego, desindustrialização, o percurso da crise — passando pelo golpe de 2016, construído após o agravamento da crise financeira mundial. No contexto presente, a abordagem recai sobre a pandemia de covid-19 em meio à agudização dos problemas e à proximidade das eleições presidenciais de 2022, enfatizando, então, as opções políticas, táticas e estratégicas das classes dominantes, dos coletivos sociais das classes trabalhadoras e do bloco de poder bolsonarista.

Boa leitura.